

AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.517.940 - RS (2019/0161370-0)

RELATOR : **MINISTRO ANTONIO CARLOS FERREIRA**
AGRAVANTE : **AMANDA VICTORIA DA SILVEIRA GARCIAS**
ADVOGADOS : **RITA MARIA GEREMIA PAVONI - RS031199**
 ISADORA GEREMIA PAVONI - RS113720
AGRAVADO : **CLARO S.A**
ADVOGADOS : **JULIO CESAR GOULART LANES - RS046648**
 MARIA TERESA BERNHARDT PALMEIRO - RS067458
 MARIAH AGUIRRE MÜLLER - RS102004

DECISÃO

Trata-se de agravo nos próprios autos interposto contra decisão que inadmitiu recurso especial, por aplicação das Súmulas n. 7 e 211 do STJ e 284 do STF (e-STJ fls. 267/276).

O Tribunal de origem deu parcial provimento ao recurso em julgado, que recebeu a seguinte ementa (e-STJ fl. 199):

APELAÇÃO CÍVEL. DIREITO PRIVADO NÃO ESPECIFICADO. AÇÃO DE OBRIGAÇÃO DE FAZER C/C INDENIZAÇÃO POR DANOS MORAIS. MODEM CLARO 3G. COBRANÇA INDEVIDA. DANO MORAL IN RE IPSA. NÃO CONFIGURADO. AUSÊNCIA DE LESÃO AOS DIREITOS DA PERSONALIDADE. MAJORAÇÃO DA VERBA HONORÁRIA.

I. A cobrança indevida, por si só, não enseja condenação à indenização por danos morais. In casu, não verificada lesão ao direito de personalidade da autora.

II. Redimensionamento do montante fixado a título de honorários advocatícios, com amparo no §2º do art. 85 do CPC e observação das alíneas constantes do mesmo dispositivo.

APELO PARCIALMENTE PROVIDO. UNÂNIME.

Os embargos de declaração foram rejeitados (e-STJ fls. 227/231).

No recurso especial (e-STJ fls. 234/251), com fundamento no art. 105, III, "a" e "c", da CF, a recorrente apontou negativa de vigência do art. 6º, VIII, do CDC, requerendo a inversão do ônus da prova.

Alegou ofensa aos arts. 14 e 20 do CDC, justificando que o fornecedor de serviços será responsabilizado, independente de culpa, pela falha na prestação do serviço.

Indicou afronta aos arts. 186 e 927 do CC/2002, sustentando ser devida a indenização pelos danos morais sofridos. Nesse sentido, afirmou que houve, por negligência da recorrida, inscrição indevida do seu nome nos órgãos de proteção ao crédito.

Por fim, postulou a majoração dos honorários advocatícios.

Ofereceram-se contrarrazões (e-STJ fls. 256/265).

No agravo (e-STJ fls. 278/290), foram refutados os fundamentos da decisão agravada e alegado o cumprimento de todos requisitos legais para recebimento do especial.

Foi apresentada contraminuta (e-STJ fls. 293/305).

É o relatório.

Decido.

Não há como conhecer do recurso quanto ao ponto relacionado à majoração dos honorários advocatícios. Isso porque faltou a indicação do dispositivo legal ao qual teria sido atribuída interpretação divergente, ônus de que a parte não se desincumbiu. Aplica-se a Súmula n. 284/STF.

O prequestionamento demanda deliberação expressa, no acórdão recorrido, sobre as teses jurídicas em torno dos dispositivos legais tidos como violados, a fim de viabilizar, na instância especial, a discussão sobre determinada questão de direito, definindo-se, por conseguinte, a correta interpretação da legislação federal.

Com efeito, a Corte estadual não analisou a tese de ser necessária a inversão do ônus da prova, uma vez que a recorrente é hipossuficiente.

No caso, o art. 6º do CDC não foi discutido na origem, carecendo assim de prequestionamento. Aplicam-se as Súmulas n. 282 e 356 do STF. A propósito:

PROCESSUAL CIVIL. CONSUMIDOR. AGRAVO INTERNO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. CONTRATO DE INCORPORAÇÃO IMOBILIÁRIA. RELAÇÃO DE CONSUMO. VÍCIO DO SERVIÇO. DENUNCIAÇÃO DA LIDE. NÃO CABIMENTO. ENTENDIMENTOS ADOTADOS NESTA CORTE. VERBETE 83 DA SÚMULA DO STJ. AUSÊNCIA DE PREQUESTIONAMENTO. NÃO PROVIMENTO.

1. "Em que pese o contrato de incorporação ser regido pela Lei nº 4.591/64, admite-se a incidência do Código de Defesa do Consumidor, devendo ser observados os princípios gerais do direito que buscam a justiça contratual, a equivalência das prestações e a boa-fé objetiva, vedando-se o locupletamento ilícito. 3. O incorporador, como impulsionador do empreendimento imobiliário em condomínio, atrai para si a responsabilidade pelos danos que possam resultar da inexecução ou da má execução do contrato de incorporação, incluindo-se aí os danos advindos de construção defeituosa" (AgRg no REsp 1006765/ES, Rel. Ministro RICARDO VILLAS BÔAS CUEVA, TERCEIRA TURMA, DJe 12/5/2014).

2. O Tribunal de origem julgou nos moldes da jurisprudência desta Corte. Incidente, portanto, o enunciado nº 83 da Súmula do STJ.

3. Não se admite o recurso especial quando a questão federal nele suscitada não foi enfrentada no acórdão recorrido. Incidem as Súmulas 282 e 356 do Supremo Tribunal Federal.

4. Agravo interno a que se nega provimento. (AgInt no AREsp 1.240.516/SC, Rel. Ministra MARIA ISABEL GALLOTTI, QUARTA TURMA, julgado em 26/3/2019, DJe 29/3/2019.)

Da mesma forma, não foram debatidos pelo TJRS os arts. 14 e 20 do CDC. Sem o necessário prequestionamento, novamente incidem as Súmulas n. 282 e 356 do STF.

O Tribunal de origem, levando em conta o contexto fático da lide, considerou que não há nos autos comprovação da inscrição do nome da recorrente em cadastro de inadimplente. Consignou, nesse contexto, que o documento juntado pela ora agravante nada mais é do que a notificação exigida pelo art. 43, § 2º, do CDC, não ficando demonstrado que houve a inscrição de seu nome nos órgãos de restrição de crédito.

Confira-se (e-STJ fl. 202):

Trata-se de ação de obrigação de fazer com pedido de indenização por dano moral, em que a autora alega, em síntese, que teve seu nome inscrito indevidamente nos órgãos de inadimplência por dívida indevida. Pugnou a declaração de inexistência do débito, bem como pela condenação da ré ao encerramento definitivo do contrato existente entre as partes e ao pagamento de indenização por danos morais.

Adiantando, de plano, que, no ponto, é caso de manutenção da sentença.

Explico.

Em que pese tenha sido reconhecido o ato, tal fato por si só não gera dano moral, e isso porque não há, ao menos nos autos, prova do ilícito perpetrado pela ré, isto é, comprovação da inscrição do nome da autora em cadastros de inadimplentes. O documento juntado à fl. 60 nada mais é do que a notificação exigida pelo art. 43, inciso 2º, do CDC, não demonstrando a inscrição de seu nome nos órgãos restritivos de crédito.

Nesse sentido, não comprovada a inscrição do nome da autora nos cadastros de inadimplentes, não há que se falar em ilicitude.

Faz-se necessário explicar que a prova adequada seria extrato de consulta ao órgão mantenedor de cadastro de proteção ao crédito.

No que tange ao dano moral, durante muito tempo se disse que a indenização por danos morais pretendia reparar a dor, o constrangimento ou circunstância vexatória decorrente de um ato ilícito. Entretanto a doutrina moderna evoluiu para além dessa concepção intimista, a qual acabava por conduzir a um subjetivismo e insegurança jurídica demasiados, sendo uma das razões para um dos maiores fenômenos jurídicos surgidos na década de 90.

À vista disso, tem entendido a doutrina que o dano moral nada mais é do que a violação a um direito da personalidade, como, por exemplo, o direito à honra, imagem, privacidade e integridade física.

No caso, apesar dos incômodos sofridos pela autora por ter sido cobrada por serviço não contratado, bem como não ter conseguido resolver a situação na via extrajudicial, isso, por si só, não configura violação a direito da personalidade.

Alterar essa conclusão demandaria o revolvimento do conjunto fático-probatório dos autos, providência vedada no recurso especial, nos termos da Súmula n. 7 do STJ.

Ante o exposto, NEGOU PROVIMENTO ao agravo. Na forma do art. 85, § 11, do CPC/2015, MAJORO os honorários advocatícios em 20% (vinte por cento) do valor arbitrado, observando-se os limites dos §§ 2º e 3º do referido dispositivo. Deferida a gratuidade da justiça na instância de origem (e-STJ fls. 79/81), deve ser observada a regra do § 3º do art. 98 do CPC/2015.

Publique-se e intimem-se.

Brasília (DF), 29 de novembro de 2019.

Ministro ANTONIO CARLOS FERREIRA

Relator